



**Estratégia**  
CONCURSOS

# ISS

## **RIO PRETO**

---

### **SIMULADO - FCC**



# Simulado Especial

## ISS Rio Preto - FCC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do ISS;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ISS-Rio-Preto-FCC-06-10>**

- |                |                |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 15 – A B C D E | 29 – A B C D E | 43 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 16 – A B C D E | 30 – A B C D E | 44 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 17 – A B C D E | 31 – A B C D E | 45 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 18 – A B C D E | 32 – A B C D E | 46 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 19 – A B C D E | 33 – A B C D E | 47 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 20 – A B C D E | 34 – A B C D E | 48 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 21 – A B C D E | 35 – A B C D E | 49 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 22 – A B C D E | 36 – A B C D E | 50 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 23 – A B C D E | 37 – A B C D E | 51 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 24 – A B C D E | 38 – A B C D E | 52 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 25 – A B C D E | 39 – A B C D E | 53 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 26 – A B C D E | 40 – A B C D E | 54 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 27 – A B C D E | 41 – A B C D E | 55 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 28 – A B C D E | 42 – A B C D E | 56 – A B C D E | 70 – A B C D E |

**PORTUGUÊS****A força do acreditar como critério de verdade**

Sonhar e acreditar no sonho são o sal da vida. Não há nada de errado, em princípio, em apostar alto na vida privada ou na vida pública, correr o risco no amor, na política, nos negócios, na arte ou no que for o caso. O comportamento exploratório — ousar o novo, tentar o não tentado, pensar o impensável — é a fonte de toda mudança, de todo avanço e da ambição individual e coletiva de viver melhor. Viver na retranca, sem esperança e sem aventura, não leva ao desastre, é verdade, mas também não leva a nada. Pior: leva ao nada da resignação amarga e acomodada que é a morte em vida — o niilismo entediado, inerte e absurdo do “cadáver adiado que procria”.

O problema não está em sonhar e apostar, mas na qualidade do sonho e na natureza da aposta. O melhor dos mundos seria combinar o ideal prático da coragem das nossas convicções, quando se trata de agir, com o ideal epistêmico da máxima frieza e distanciamento para atacar e rever as nossas convicções, quando se trata de pensar. É o que propõe, de certo modo, Goethe: “Existe uma reflexão entusiástica que é do maior valor, contanto que o homem não se deixe arrebatar por ela”. Uma quadratura virtuosa do círculo: a paixão medida.

A dificuldade reside em viver à altura dessa exigência simultânea de entrega e autocontrole. Reconhecer, de um lado, que nada de grandioso se faz neste mundo sem entusiasmo e paixão, mas nem por isso aceitar, de outro, que a força da paixão e o ardor do entusiasmo se tornem critérios de verdade em nossa compreensão do mundo. Na vida pública, o duplo perigo é bem retratado pelo poeta irlandês Yeats: “Os melhores carecem de qualquer convicção, enquanto os piores estão repletos de apaixonada intensidade”. Para o indivíduo, o risco é análogo. As paixões medidas e analisadas esmorecem e definham, enquanto as paixões desmedidas e desgovernadas arrebataam e atropelam.

Aquilo que somos e aquilo que fazemos podem ter pouco a ver com aquilo que acreditamos ser ou estar fazendo. A pessoa movida por uma paixão poderosa, qualquer que ela seja, vive um momento de máxima força e máxima fragilidade. Suas certezas brilham e ofuscam. Sua autoconfiança revigora o ânimo, mas tende a afogar a lucidez. A mesma confiança em si mesmo que move montanhas na vida pública e irriga o agreste na vida privada é o passaporte do autoengano — verdades que mentem, pesadelos utópicos, quebra de confiança. O acreditar é aliado do instinto. Enquanto o homem, com sua malícia, está indo, a natureza, com a sua inocência, está voltando. É por isso que nossos desejos e metas, não importando quais sejam, têm o dom insinuante de se fazer justificar a si próprios para nós mesmos, inspirando-nos com as certezas íntimas, deliciosas e inabaláveis que nunca falham em justificá-los.

O passo fatal do ponto de vista lógico, apesar de absolutamente natural sob uma ótica psicológica, é confundir calor com luz. É transformar a força e o brilho de uma crença — a intensidade do acreditar — em critério de verdade. A quadratura do círculo é insidiosa e segue um padrão bem definido. Duvidar dói. Se a certeza que me toma é tão íntima, veemente e arrebatadora, então ela só pode ser verdadeira. Se o meu entusiasmo pela causa é tão intenso e as convicções que me movem à frente são tão fortes, então elas não podem ser falsas. Tudo em mim conspira para atribuir à causa que esposo e às convicções que giram em torno dela a legitimidade e a racionalidade de verdades inescapáveis. Autoridade para tanto,

jamais me falta. Minhas promessas e análises, por mais delirantes que possam parecer aos incautos ou aos não-iniciados, são fruto da inspiração superior, da dialética profunda ou do mais absoluto rigor científico. Que ninguém se iluda: quem soubesse o que sei e sentisse o que sinto fatalmente chegaria às mesmas conclusões.

Todo cuidado é pouco. O brilho intenso ofusca e o calor é inimigo da luz. Crenças saturadas de desejo podem ser verdadeiras, falsas ou indecidíveis. Mas o simples fato de que estão saturadas de desejo é sinal de que temos um enorme interesse — e ínfima isenção — na determinação do seu valor de verdade. Está aberta a porta dos fundos para a inocência culpada de resultados que escarnecem brutalmente de nossas intenções.

A força do acreditar, é verdade, faz milagres. Mas isso não a torna critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético. A confusão, no entanto, é tão frequente quanto sedutora, e nossa capacidade de resistir a ela na vida prática é variável e limitada. As mentiras que contamos para nós mesmos não trazem estampadas na frente as suas credenciais. A análise dos caminhos suaves do autoengano ajuda a elucidar o enigma do sofrimento que tantas vezes nos causamos a nós mesmos e uns aos outros — a metamorfose de promessas sinceras em traições obscenas na vida privada e a alquimia de certezas contagiadas em equívocos monstruosos na vida pública.

O princípio da complementaridade na física quântica reza que “uma grande verdade é uma afirmação cujo contrário é também uma grande verdade”. O poeta Hölderlin afirma que “o homem é um deus quando sonha, um mendigo quando reflete”. Sob a ótica do autoengano, contudo, o contrário dessa grande verdade não é menos verdadeiro: o homem é um mendigo quando sonha, mas compartilha algo do divino quando reflete.

**01.** Entre as opções abaixo, assinale a que melhor resumiria a ideia central do texto

- a) a intensidade da convicção não implica sua veracidade
- b) o homem fica cego em sua fé
- c) o contrário de uma convicção também é uma verdade complementar
- d) é necessário cautela ao crer-se superior
- e) quem acredita sempre alcança

**02.** Infere-se das ideias do texto que

- a) acreditar no sonho é extremamente perigoso, motivo pelo qual se sugere máxima isenção de agir por impulsos grandiloquentes.
- b) as pessoas em geral não conseguem conciliar nas atitudes a coragem das convicções com uma análise imparcial e objetiva dos pensamentos.
- c) a autoconfiança revigora o ânimo, não obstante aguça a visão lógica dos fatos.
- d) os incautos duvidam das convicções grandiosas por covardia e convicção no delírio alheio.
- e) a malícia autoconsciente humana complementa a inocência sábia da natureza concreta.

**03.** Traduz-se adequadamente um segmento do texto em:

- a) O princípio da complementaridade na física quântica reza = o começo da complementação na física quântica ora
- b) a metamorfose de promessas sinceras em traições obscenas = a transformação da verdade em pornografia
- c) A força do acreditar, é verdade, faz milagres = o poder de uma convicção é deveras milagroso
- d) O brilho intenso ofusca e o calor é inimigo da luz = a cegueira é amiga do frio da claridade
- e) o dom insinuante de se fazer justificar a si próprios para nós mesmos = o talento inato e provocativo de explicar tudo para nosso eu mais íntimo

**04.** O passo fatal do ponto de vista lógico, apesar de absolutamente natural sob uma ótica psicológica, é confundir calor com luz. É transformar a força e o brilho de uma crença — a intensidade do acreditar — em critério de verdade. A quadratura do círculo é **insidiosa** e segue um padrão bem definido. Duvidar dói.

A palavra “insidiosa” foi empregada com o sentido de:

- a) ardilosa
- b) perigosa
- c) constante
- d) psicotrópica
- e) epistêmica

**05.** Assinale a alternativa que pode ser adequadamente transposta para a voz passiva

- a) Sonhar e acreditar no sonho são o sal da vida
- b) Todo cuidado é pouco
- c) Crenças saturadas de desejo podem ser verdadeiras
- d) A força do acreditar faz milagres
- e) Existe uma reflexão entusiástica

**06.** Articulam-se corretamente os tempos e modos verbais na seguinte sentença

- a) A paixão desmedida correria o risco de enganar o ímpeto humano a cada vez que o homem faz aquilo que tem certeza de que será capaz.
- b) Não haverá nada de errado em apostar alto na vida privada ou na vida pública quando tudo fizesse sentido baseado numa certeza absoluta da própria capacidade, que seria usada assim como critério de verdade.
- c) Contanto que o homem não se deixa arrebatado por uma reflexão entusiástica, esta será composta de um maior valor moral.
- d) As certezas, apesar de virem do âmago mais profundo das entranhas psicológicas, tornar-se-iam mera intuição se confrontadas com a realidade epistêmica.

e) Não fossem os sonhos que alimentam o ímpeto realizador da humanidade, não há o que fizesse o homem superar todas as dificuldades que lhe turvam o caminho.

**07.** A força do acreditar, é verdade, faz milagres. Mas isso não a torna critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.

Uma redação alternativa para o trecho acima, em que se mantivessem as ideias gerais, a correção e a coerência seria:

- a) A força do acreditar de fato faz milagres, embora isso não a torne critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.
- b) Conquanto a força do acreditar de fato faça milagres, isso não a torna critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.
- c) Não obstante a força do acreditar de fato faça milagres, isso não torna-a critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.
- d) Para que a força do acreditar de fato faça milagres, isso não deve torná-la critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.
- e) A força do acreditar de fato faz milagre; por conseguinte isso não lhe torne critério de verdade, assim como a disposição a resistir e aguentar todo tipo de perseguição em nome de um ideal revela, sim, bravura, mas nada nos diz sobre a validade da causa em jogo de um ponto de vista ético.

Nos últimos anos, o número de casos de infarto entre mulheres aumentou consideravelmente. Há 50 anos, a cada dez casos de infarto, um ocorria em mulher; hoje, cinco são em mulheres. Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), 360 mil pessoas morrem por ano em decorrência de doenças cardiovasculares no Brasil. Desse total, 30% dos casos têm como vítimas as mulheres.

O consumo de cigarro e o uso de anticoncepcionais são alguns motivos por que as mulheres estão mais sujeitas a doenças cardíacas, cujos efeitos são mais visíveis em pessoas sedentárias.

(Adaptado de Gazeta Esportiva, 23/07/2017)

- 08.** Sobre as informações e estruturas do texto, é incorreto afirmar
- a) a palavra “infarto” poderia ser substituída por “enfarte” ou “enfarto”.
  - b) no segmento “há 50 anos”, a forma verbal poderia ser substituída por “faz”.
  - c) as vírgulas que isolam “a cada dez casos de infarto” são obrigatórias.
  - d) a forma verbal “têm” só poderia ser flexionada no plural, pois não se encontra em contexto de concordância facultativa no singular.
  - e) no segmento “sujeitas a doenças cardíacas” verifica-se a ausência de artigo.
- 09.** Sobre as informações e estruturas do texto, é incorreto afirmar
- a) a palavra “infarto” poderia ser substituída por “enfarte” ou “enfarto”.
  - b) no segmento “há 50 anos”, a forma verbal poderia ser substituída por “faz”.
  - c) as vírgulas que isolam “a cada dez casos de infarto” são obrigatórias.
  - d) a forma verbal “têm” só poderia ser flexionada no plural, pois não se encontra em contexto de concordância facultativa no singular.
  - e) no segmento “sujeitas a doenças cardíacas” verifica-se a ausência de artigo.
- 10.** Assinale a opção em que as regras de pontuação tenham sido respeitadas.
- a) A ansiedade antes de ser algo totalmente indesejável, é uma reação normal, do organismo e funciona como um aviso que nos alerta sobre o desconhecido ou qualquer tipo de perigo eminente.
  - b) Ela, supostamente o mal do século se apresenta como um recurso que utilizamos para nos preparar, diante de situações novas, ou difíceis e se faz necessária, para a nossa boa adaptação tanto como um ser individual como em relação ao meio ambiente.
  - c) Por outro lado, porém, a ansiedade não deve ser um estado constante e, sim, uma sensação temporária frente às adversidades da vida, já que certas situações que ocorrem no nosso dia a dia podem gerar insegurança e apreensão. É, portanto, uma espécie de febre que surge para nos advertir de que algo está errado, e não devemos transformá-la em uma doença da qual perdemos o controle emocional e físico.
  - d) A vida moderna traz consigo uma agitação muito intensa que estimula o nosso pensamento demasiadamente. A consequência disso é que, muitas vezes nos sentimos pressionados para lutar ou fugir de certas situações difíceis.
  - e) Diante de tanta pressão do ambiente começamos a exigir de nós mesmos, a antecipação de nosso raciocínio e a solução das coisas de forma muito mais rápida, numa tentativa eterna de manter o controle

sobre tudo. Essa aceleração do pensamento provoca uma confusão mental gerando atitudes ineficazes, e frustração constantes.

### MATEMÁTICA FINANCEIRA

- 11.** Guilherme Neves esqueceu de pagar um título de valor original V. Guilherme efetuou o pagamento n dias após a data de vencimento. O contrato que gerou o título prevê acréscimo de juros e multa calculados sobre V, conforme segue: i) juros simples de 0,2% por dia de atraso; ii) multa única de 2% (sobre V), independentemente do tempo de atraso. Após o acréscimo dos juros e da multa, verificou-se, no pagamento, que V cresceu 4,8%. Nesse caso, o tempo de atraso foi de
- a) 9 dias.
  - b) 12 dias.
  - c) 14 dias.
  - d) 16 dias.
  - e) 18 dias.
- 12.** Uma taxa de juros nominal, de 20% ao ano, com capitalização trimestral, corresponde a uma taxa de juros efetiva de
- a)  $[(1 + 0,20 \div 12)^3 - 1]$  ao trimestre.
  - b)  $(\sqrt[12]{1,20} - 1)$  ao mês.
  - c)  $4(\sqrt[4]{1,20} - 1)$  ao ano.
  - d)  $[(1 + 0,20 \div 4)^2 - 1]$  ao semestre.
  - e)  $[(1 + 0,20 \div 12)^3 - 1]$  ao trimestre.
- 13.** Para adquirir novos equipamentos para seu estúdio padrão Hollywood, o professor Herbert Almeida obteve um empréstimo para ser pago em 6 parcelas mensais e iguais a R\$ 20.000,00. A primeira parcela venceu 30 dias após a data de obtenção do empréstimo e as parcelas subsequentes a cada 30 dias. Na data de vencimento da quarta parcela, e antes do seu pagamento, Herbert optou pelo pagamento das 3 parcelas que faltavam ser pagas para a liquidação do empréstimo. Se a taxa de juros compostos negociada na data da obtenção do empréstimo foi 2% a.m., o valor que a Herbert desembolsou para fazer a liquidação foi, em reais,
- a) 58.838,61.
  - b) 60.000,00.
  - c) 58.800,00.
  - d) 58.831,22.
  - e) 56.539,34.

**DIREITO CIVIL**

**14.** Considere as afirmações a seguir.

- I. Os direitos da personalidade são extrapatrimoniais, imprescritíveis e vitalícios.
- II. Comoriência é o estudo de como funciona a Ciência do Direito.
- III. Os direitos da personalidade são absolutos porque não podem sofrer nenhum tipo de limitação.
- IV. A incapacidade relativa pode ser suprida com mera assistência, desde que haja autorização judicial, dispensando a representação.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, apenas.
- e) nenhuma é correta.

**15.** De acordo com o Código Civil, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado:

- a) os partidos políticos e os espólios.
- b) o empresário individual e as sociedades.
- c) as empresas individuais de responsabilidade limitada e as associações.
- d) as organizações religiosas e a massa falida.
- e) o condomínio edilício e as fundações.

**16.** Conforme preceitua o Código Civil de 2002, a novação:

- a) pode ser utilizada licitamente como meio de validar obrigações nulas ou extintas.
- b) somente se configura caso se refira a todos os elementos da obrigação anterior, pois inexistente novação parcial.
- c) é presumida diante da modificação unilateral da forma de cumprimento da obrigação originalmente estatuída.
- d) exige a inequívoca intenção de novar, mas ela pode ser expressa ou tácita.
- e) da obrigação principal não tem reflexos sobre as obrigações acessórias, tal como a fiança.

**17.** Para corrigir um problema de abastecimento em sua casa, Daniele necessariamente deverá passar tubulação subterrânea pelo imóvel de seu vizinho, Vitor. Com relação ao caso apresentado, pode-se dizer que Vitor:

- a) é obrigado a permitir a passagem da tubulação e não poderá postular indenização, pois a obra visa à instalação de serviço de utilidade pública.
- b) é obrigado a permitir a passagem da tubulação apenas se as obras não causarem danos a seu imóvel.

c) poderá se opor à passagem da tubulação, com base no direito de propriedade.

d) é obrigado a permitir a passagem da tubulação, mediante recebimento de indenização que abranja os danos diretos ao imóvel e a desvalorização da área remanescente.

e) é obrigado a permitir a passagem da tubulação que levará água potável ao imóvel de Daniele, mediante ao recebimento de indenização que abranja os danos diretos do imóvel.

**DIREITO PENAL**

**18.** Nos termos do Código Penal, a lei penal posterior que de qualquer modo favorecer o agente:

- a) deve ser aplicada aos fatos anteriores, a menos que já tenham sido decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- b) deve ser aplicada aos fatos anteriores, desde que haja requerimento expresso da defesa.
- c) deve ser aplicada aos fatos anteriores, ainda que já tenham sido decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- d) não deve ser aplicada aos fatos anteriores, em qualquer hipótese.
- e) não deve ser aplicada aos fatos anteriores, salvo em caso de infração de menor potencial ofensivo.

**19.** José, servidor público responsável por lavrar autos de infração tributária, verifica que Maria cometeu determinada infração tributária. José, todavia, não lavra o respectivo auto de infração cedendo a pedido de Maria.

Neste caso, pode-se dizer que José praticou o crime de:

- a) Prevaricação
- b) Corrupção passiva privilegiada
- c) Condescendência criminosa
- d) Não praticou crime, dada a ausência de vantagem econômica
- e) Prevaricação imprópria

**20.** José, auditor-fiscal de determinado município, mesmo sabendo que a empresa X não desenvolve qualquer atividade passível de cobrança do ISS (Imposto sobre Serviços), resolve exigir o pagamento do ISS pela referida sociedade empresária, mesmo sabendo que o tributo não era devido.

Neste caso, é correto dizer que José praticou o crime de:

- a) Concussão
- b) Prevaricação
- c) Mero ilícito funcional, sem relevância para fins penais.
- d) Excesso de exação
- e) Corrupção passiva

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**21.** No que diz respeito ao controle de constitucionalidade, é correto afirmar que está de acordo com o que determina a CF/88 e a jurisprudência o que se afirmar em:

- a) A inconstitucionalidade formal orgânica decorre do vício de iniciativa para a elaboração de determinada norma.
- b) A espécie de inconstitucionalidade denominada nomoestática pressupõe vício na fase de formação do ato normativo.
- c) O controle de constitucionalidade posterior, exercido pelo Poder executivo já na fase de veto de uma lei tida como inconstitucional, é conhecido como veto jurídico.
- d) O controle preventivo de constitucionalidade em abstrato, realizado pelo Poder Judiciário sobre projeto de lei em trâmite nas casas legislativas, busca garantir a participação do parlamentar em processo legislativo livre de quaisquer irregularidades.
- e) A ADI ajuizada por partido político com representação no Congresso Nacional não necessita guardar pertinência temática com os interesses do partido ou de seus filiados.

**22.** No tocante às competências conferidas constitucionalmente aos municípios brasileiros, assinale a alternativa correta:

- a) As competências materiais privativas dos municípios constituem rol exemplificativo.
- b) Os municípios não possuem competência legislativa suplementar supletiva.
- c) Aos Estados compete, de forma geral, a exploração dos serviços de gás canalizado. No entanto, se o serviço for local, a competência será municipal.
- d) Compete aos municípios legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos bancários e comerciais, por se tratar de interesse local.
- e) Aos municípios é vedado tratar de temas relacionados à competência legislativa concorrente, atribuída exclusivamente à União, Estados e DF.

**23.** No que se refere à disciplina constitucional acerca dos remédios constitucionais, pode-se dizer que:

- a) O mandado de injunção serve também para pleitear a regulamentação de norma de eficácia contida.
- b) O mandado de segurança tem natureza residual e poderá servir, dentre outros objetivos, para garantir o direito à obtenção de certidões em repartições públicas.
- c) O mandado de segurança, na medida em que visa atacar ilegalidade impetrada por autoridade pública ou agente incumbido das mesmas atribuições, poderá ter como objeto apenas atos vinculados, mas não discricionários.

d) Por envolver direito líquido e certo do impetrante, é imprescindível que reste demonstrada a efetiva lesão ao bem jurídico tutelado, para a impetração de mandado de segurança, sendo incabível sua utilização em caráter preventivo.

e) Em tese, a CF/88 não permite que o português equiparado a brasileiro, ainda que haja reciprocidade de Portugal, ajuíze ação popular.

**24.** No que se refere aos municípios brasileiros, é correto dizer que previu-se expressamente, na Constituição da República:

- a) No âmbito do Poder Legislativo, a criação de CPIs municipais.
- b) A edição de medidas provisórias pelo chefe do Poder Executivo municipal.
- c) A iniciativa popular em projetos de lei, mas não de emendas à Lei Orgânica Municipal.
- d) O foro especial aos membros do Poder Legislativo Municipal.
- e) A extensão, aos vereadores, das mesmas imunidades aplicáveis aos parlamentares federais e aos deputados estaduais e distritais.

**25.** Considere que determinada proposta de Emenda à constituição Federal visando à transferência, do Estado para a União, do poder de instituir determinado tributo, tenha sido rejeitada. Nessa situação, é correto dizer que:

- a) Não poderá haver nova proposta de emenda à Constituição, versando sobre o mesmo tema.
- b) Cumprido o requisito de propositura pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, o tema certamente poderá ser reapresentado.
- c) A referida proposta atinge o núcleo intangível das cláusulas pétreas, uma vez que compromete o equilíbrio federativo estabelecido pelo constituinte originário.
- d) A referida proposta de emenda constitucional não fere qualquer princípio constitucional, tampouco representa ofensa às cláusulas pétreas.
- e) A matéria objeto da referida emenda somente poderá ser proposta novamente, na mesma sessão legislativa, pela maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**26.** Tomando por base as disposições das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, julgue os itens a seguir:

- a) pregão é modalidade indicada para a venda de bens públicos comuns.
- b) a utilização da tomada de preços deve ser precedida de ampla publicidade, com vistas a permitir a participação de quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- c) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, devendo o respectivo aviso de licitação ser publicado no diário oficial com o prazo de antecedência mínima de cinco dias úteis.
- d) os procedimentos relativos à modalidade licitatória leilão são conduzidos pelo pregoeiro e respectiva equipe de apoio.
- e) os tipos licitatórios “menor preço”, “melhor técnica” e “técnica e preço” não se aplicam ao concurso.

**27.** São instrumentos do controle administrativo da atuação administrativa:

- a) reclamação administrativa, que busca a reapreciação de determinado assunto pela própria autoridade que tomou a decisão.
- b) mandado de segurança, que visa à proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- c) representação, a qual consiste na oposição do administrado em relação a atos que afetem seus direitos ou interesses.
- d) *habeas data*, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante que constem de bancos de dados de caráter público.
- e) direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder cometido pelo poder público, independentemente do pagamento de taxas.

**28.** As cláusulas exorbitantes consistem na característica marcante dos contratos administrativos e manifestam a supremacia do interesse público sobre os interesses do particular contratado. Tomando por base o que dispõe a Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir:

- a) o contrato administrativo poderá ser anulado unilateralmente em decorrência do não cumprimento das cláusulas contratuais por parte do contratado.
- b) a garantia de execução contratual, quando prestada em dinheiro, sempre terá seu valor original restituído ao particular contratado ao final da vigência do ajuste.
- c) é possível a substituição da garantia de execução contratual mediante alteração unilateral do contrato.

- d) alterações contratuais capazes de modificar o projeto para melhor adequação técnica aos seus objetivos prescindem do consentimento da empresa contratada.
- e) uma das características dos contratos administrativos é sua imutabilidade, dada a vinculação aos termos da licitação originadora da avença.

**29.** Suponha que o município de São José do Rio Preto delegou à iniciativa privada os serviços de abastecimento de água, tendo celebrado contrato de concessão com a empresa Vale Dionísio Potável Ltda.

Caso a concessionária perca as condições econômicas, técnicas e operacionais para manutenção da adequada prestação dos serviços, o poder concedente:

- a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo a respectiva indenização calculada no decurso do processo
- c) poderá promover a rescisão da concessão, aguardando-se o trânsito em julgado da decisão judicial que a reconhecer.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) poderá promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

**30.** Orlando Cenoura, prefeito do município Vale da Coruja, deliberadamente deixou de cumprir requisitos de acessibilidade previstos em lei, durante sua gestão no ano de 2017. Apesar disso, suas contas foram aprovadas pela câmara de vereadores, em razão de o gestor não haver praticado nenhuma outra irregularidade naquele exercício. Tomando por base as regras da Lei 8.429/1992, avalie os itens a seguir:

- a) os prefeitos, por ostentarem a condição de agentes políticos, não estão sujeitos às sanções da lei de improbidade administrativa.
- b) o prefeito não responde por ato de improbidade administrativa, tendo em vista a aprovação de suas contas pela respectiva câmara de vereadores.
- c) o prefeito não responde por ato de improbidade administrativa, porquanto as condutas previstas na Lei 8.429/1992 exigem ação do agente público.
- d) o prefeito poderá responder por ato de improbidade, desde que a respectiva ação judicial seja apresentada dentro do prazo de cinco anos após o início de seu mandato.
- e) o prefeito responderá por ato de improbidade, estando sujeito ao pagamento de multa de até cem vezes o valor da sua remuneração.

**FINANÇAS PÚBLICAS**

- 31.** Uma característica básica dos bens públicos é que
- são rivais e não exclusivos.
  - são exclusivos e não rivais.
  - as pessoas não podem ser impedidas de consumi-los.
  - apresentam custo marginal de produção decrescente para um consumidor adicional.
  - são rivais e exclusivos.
- 32.** A função alocativa do governo está associada
- ao fornecimento de bens e serviços que não são oferecidos de forma eficiente pelo mecanismo de mercado.
  - à realocação da renda entre as camadas sociais.
  - ao controle da oferta monetária na economia.
  - ao controle do nível geral de preços.
  - à promoção do emprego e renda.
- 33.** Assinale a alternativa que indica corretamente um exemplo de imposto proporcional sobre a renda.
- Um imposto sobre a renda de 5% quem ganha abaixo de 10 mil reais e 3% para rendas acima de 10 mil reais.
  - Uma alíquota de imposto sobre a renda de 10% apenas para quem recebe um salário mínimo ou mais.
  - Uma alíquota de imposto sobre a renda negativo para quem recebe acima de 5 salários mínimos.
  - Uma alíquota de imposto sobre a renda de 10% para todos os níveis de renda.
  - Um imposto sobre a renda próxima de R\$100 para todos os níveis de renda.
- 34.** Um imposto cuja alíquota diminui conforme aumenta sua base de cálculo é classificado como
- proporcional.
  - regressivo.
  - indireto.
  - progressivo.
  - programado.
- 35.** Assinale a alternativa que contém, respectivamente, uma premissa econômica e uma premissa demográfica:
- Evolução de salários e Rendimentos
  - Desligamentos e Mortalidade
  - Expectativa de vida e Taxa de natalidade
  - Dependentes e Evolução dos Salários
  - Rentabilidade e Invalidez

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

- 36.** A respeito das taxas, assinale a alternativa correta:
- As taxas podem ser instituídas por qualquer ente federativo, no âmbito de suas respectivas atribuições.
  - As taxas poderão, excepcionalmente, ter base de cálculo própria de impostos.
  - As taxas não podem ser utilizadas para custear as atividades de fiscalização, que configuram o exercício do poder de polícia.
  - Os serviços públicos ensejadores da cobrança de taxa consideram-se potencialmente utilizados, quando sejam usufruídos pelos usuários.
  - Os serviços públicos ensejadores da cobrança de taxa podem ser específicos ou não, desde que sejam divisíveis.
- 37.** A respeito da obrigação tributária, aponte a afirmativa incorreta:
- A obrigação tributária é principal ou acessória.
  - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, se converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
  - A exigência da obrigação acessória pressupõe a exigibilidade da obrigação tributária principal.
  - O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
  - A obrigação principal compreende não só o pagamento de tributo, mas também o pagamento de multas tributárias.
- 38.** No Capítulo da Constituição Federal que trata das limitações constitucional ao poder de tributar são previstos diversos princípios e imunidades tributárias. Acerca do tema, assinale a alternativa correta:
- A imunidade recíproca, também denominada imunidade intergovernamental, veda aos entes federativos a cobrança de tributos referente ao patrimônio, renda e serviços uns dos outros.
  - A Constituição Federal estendeu a imunidade recíproca às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, além das empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
  - O princípio da isonomia não impede a cobrança de tributos diferenciada com base na função exercida, desde que haja razoabilidade.
  - O princípio da irretroatividade não comporta exceções no texto constitucional.
  - A imunidade dos partidos políticos não se estende às suas fundações.

**39.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente
- III - utilizar tributo com efeito de confisco;
- IV - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) II, III e IV;
- b) I, III, e III;
- c) I, II, III e IV;
- d) I e II;
- e) III e IV.

**40.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, em caso de modificação nos critérios jurídicos adotados pela administração tributária.
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando a lei assim determine;
- IV - recurso de ofício;
- V - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III, IV, e V;
- b) II, IV e V;
- c) I, III, IV e V;
- d) I, II, IV e V;
- e) II, III e V.

**41.** São tributos sujeitos ao princípio da anterioridade anual, exceto:

- a) empréstimo compulsório, na hipótese de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- b) imposto sobre produtos industrializados.
- c) fixação da base de cálculo do IPTU.
- d) imposto de renda.
- e) imposto sobre a propriedade territorial rural.

**42.** Somente a lei pode estabelecer, exceto:

- a) a instituição de tributos, ou a sua extinção;
- b) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal.

c) a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

d) dispensa ou redução de penalidades.

e) A atualização do valor monetário da base de cálculo.

**43.** Aponte a alternativa que indica um tributo cuja receita não seja objeto de repartição prevista no texto constitucional:

- a) CIDE-Combustíveis;
- b) Impostos Residuais
- c) IPVA;
- d) ITCMD;
- e) IOF.

**44.** Assinale a alternativa que apresenta apenas tributos abrangidos no âmbito do regime tributário do Simples Nacional, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores:

- a) IRPJ, ITR e COFINS;
- b) ISS, IOF e CSLL;
- c) ITR, IOF e imposto de importação;
- d) IRPJ, IPI e Contribuição para o PIS/Pasep;
- e) IRPJ, CSLL e ISS devido na importação de serviços.

**45.** Como regra, o prazo decadencial para constituição do crédito tributário tem início a partir do seguinte momento:

- a) a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- b) a partir da ciência do contribuinte do lançamento, respeitado o prazo para contestação.
- c) a partir da data do fato gerador em relação ao tributo lançado de ofício.
- d) a partir da data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- e) a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**46.** João das Neves possui um imóvel em São José do Rio Preto com frente para a Rua Pereira Brito, onde se localiza a entrada principal, e fundos para a Rua José Bonifácio, alugado para fins residenciais a José Pedro. Tal imóvel possui 150m<sup>2</sup> de área construída, em um único pavimento, num terreno de 900m<sup>2</sup>. Com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, conforme Lei Complementar nº 96/1998, é correto afirmar que:

- a) Será considerado para cálculo do Imposto Predial Urbano a área de terreno de 750m<sup>2</sup>
- b) A alíquota aplicável sobre valor venal do imóvel é de 3% (três por cento)
- c) O valor venal da construção será apurado pela multiplicação da quantidade de área construída pelo valor do metro quadrado de construção correspondente à rua José Bonifácio, se esta possuir mais melhoramentos que a rua Pereira Brito
- d) Tanto João das Neves quanto José Pedro são solidariamente obrigados ao pagamento do imposto
- e) O valor venal do imóvel será obtido pela soma do valor venal do terreno com o valor venal da construção

**47.** De acordo com a Lei Complementar nº 323/2010, que regula o Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre eles em São José do Rio Preto, o ITBI não incide, exceto:

- a) no mandato em causa própria outorgado para o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel
- b) sobre a transmissão de bem imóvel na volta ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda
- c) na consolidação da propriedade pelo credor fiduciário, nos casos de alienação fiduciária
- d) sobre a transmissão de bem imóvel, quando a área for destinada exclusivamente à execução de conjuntos habitacionais e de propriedade de cooperativas habitacionais ligadas a entidades de classe de trabalhadores
- e) sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a quem foram conferidos

**48.** Maria Carolina, pessoa vaidosa, residente no Município de Barra Dourada, contratou uma sessão de fotos com a Empresa SÓ FOTOGRAFIAS, fisicamente estabelecida em São José do Rio Preto, mas sem alvará de funcionamento. O preço pactuado foi de R\$ 1.000,00 (mil reais), mas caso Maria Carolina efetuasse o pagamento do serviço até 10 dias após a entrega do álbum de fotos, seria concedido um desconto de 10%. Contudo, o serviço foi prestado por uma estagiária inexperiente, resultando em má qualidade do produto final, de modo que Maria Carolina recusou-se a receber o álbum e decidiu contratar outra empresa. Com base

na Lei Complementar nº 178/2003, é correto afirmar que:

- a) O ISS incidirá sobre o valor pactuado, sendo devido ao Município de Barra Dourada, local do domicílio do tomador do serviço
- b) O ISS não será devido pois a recusa do tomador em relação ao serviço prestado descaracteriza a ocorrência do fato gerador
- c) O ISS incide apenas sobre a sessão de fotos, sendo necessário desmembrar o valor referente ao álbum fotográfico produzido, considerado mercadoria, sobre o qual incidirá o ICMS
- d) Caso Maria Carolina tivesse aceito o serviço e pago à vista na data da entrega do álbum de fotos, a base de cálculo do ISS seria de R\$ 900,00 (novecentos reais)
- e) Não haverá incidência do ISS posto que a empresa se encontra em situação irregular de funcionamento.

**49.** De acordo com a Lei Complementar nº 178/2003, que institui o Imposto sobre Serviços em São José do Rio Preto, as prestações de serviços de construção civil, quando contratadas por agentes credenciados ou pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para construção de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda

- a) são isentas de ISS
- b) admitem redução de 50% da base de cálculo, a título de materiais aplicados, não podendo resultar, ainda que de forma indireta, em alíquota inferior a 2%
- c) admite aplicação simultânea da dedução dos materiais aplicados e do benefício da redução da base de cálculo na mesma obra
- d) não admite qualquer benefício fiscal
- e) serão consideradas prestadas e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador

**50.** Sobre a base de cálculo do ISS em São José do Rio Preto, é correto afirmar que:

- a) será sempre o preço dos serviços prestados
- b) corresponderá a um valor fixo anual, quando os serviços forem prestados por pessoas naturais, independentemente do subitem da lista de serviços
- c) será o preço do serviço quando realizado por sociedade de profissionais, em qualquer caso
- d) será o valor constante do documento de importação, acrescido do valor dos impostos federais incidentes, bem como de quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, quanto aos serviços iniciados ou prestados no exterior do País
- e) será de R\$ 8000,00 (oito mil reais) por profissional habilitado, no caso de serviços prestados por sociedade de profissionais em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável

**51.** O Código Tributário Nacional define o poder de polícia como sendo a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Nesse sentido, o Código Tributário Municipal de São José do Rio Preto, instituído pelo Lei nº 3359/1983, prevê diversas taxas em razão do exercício regular desse poder no Município. Dentre essas taxas não se encontra a taxa devida para

- Localização
- Publicidade
- Incêndio e salvamento
- Fiscalização de funcionamento
- Exercício da atividade de comércio ambulante

**52.** A respeito da fiscalização tributária, conforme prevista no Código Tributário Municipal de São José do Rio Preto (Lei nº 3359/1983), é incorreto afirmar que:

- A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuinte ou não, inclusive às que gozem de imunidades ou de isenção
- Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviços ou da obrigação desses de exibí-los
- Os livros de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram
- Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, qualquer pessoa ou entidade em razão do seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, independente de designação legal
- A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio da polícia militar estadual quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção

**53.** O prazo máximo para conclusão das diligências de fiscalização deve ser fixado na legislação aplicável, conforme determina o Código Tributário Nacional. Dessa forma, a Lei Municipal nº 3359/1983 previu em

capítulo próprio que, iniciada a fiscalização, o agente fazendário deverá concluí-la no prazo máximo de:

- 180 (cento e oitenta) dias, já computada eventual prorrogação
- 180 (cento e oitenta) dias, salvo quando houver justo motivo de prorrogação autorizado pela autoridade superior
- 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período.
- 360 (trezentos e sessenta) dias, já computada eventual prorrogação.
- 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

### **CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA**

**Atenção:** Considere os dados abaixo para responder às questões **54** e **55**.

Contas	Valores (R\$)
Caixa	1.000,00
Contas a Receber	1.500,00
Estoques	3.000,00
Fornecedores	4.000,00
Duplicatas Descontadas	2.000,00
Máquinas	30.000,00
Veículos	25.000,00
Financiamentos a Pagar (curto prazo)	15.000,00
Capital Social	34.500,00
Reserva de Lucros	2.000,00
Ações em Tesouraria	1.000,00
Aplicações Financeiras (longo prazo)	2.000,00
Despesas pagas antecipadamente	500,00
Receitas Diferidas	1.500,00

**54.** O total do ativo circulante corresponde a:

- R\$ 3.500,00
- R\$ 4.000,00
- R\$ 5.500,00
- R\$ 6.000,00
- R\$ 8.000,00

**55.** O somatório das contas com natureza credora corresponde a:

- R\$ 56.000,00
- R\$ 57.000,00
- R\$ 59.000,00
- R\$ 64.000,00
- R\$ 65.000,00

56. Em 31/12/2018, a Cia. Alfa adquiriu 70% das ações da Cia. Beta por R\$ 4.500.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Beta era R\$ 5.400.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 5.900.000,00.

No período de 01/01/2019 a 30/06/2019, a Cia. Beta reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do primeiro semestre de 2019: R\$ 400.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 150.000,00

Considerando as informações acima descritas, o valor reconhecido pela Cia. Alfa na conta "Investimentos em Controladas", na data de aquisição e o saldo dessa conta em 30/06/2019 foram, respectivamente:

- a) R\$ 3.780.000,00 e R\$ 3.955.000,00
- b) R\$ 3.780.000,00 e R\$ 4.165.000,00
- c) R\$ 4.130.000,00 e R\$ 4.305.000,00
- d) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.675.000,00
- e) R\$ 4.500.000,00 e R\$ 4.885.000,00

57. O Balanço Patrimonial da empresa Delta S.A. apresentava, em 31/12/2017, as seguintes provisões reconhecidas:

Tipo de Processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017 (R\$)
Trabalhista	90.000,00
Tributário	240.000,00
Ambiental	140.000,00

Em 2018, ocorreram os seguintes fatos:

- a. uma decisão judicial fez com que o valor correspondente ao processo trabalhista fosse revisado para R\$ 130.000,00.
- b. um novo processo cível foi movido contra a empresa no mesmo ano, pelo valor estimado de R\$ 80.000,00.
- c. ao final de 2018 foram reavaliadas as situações dos demais processos.

Considerando esses fatos, em 31/12/2018, a situação era a seguinte:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018 (R\$)
Trabalhista	Provável	130.000,00
Tributário	Possível	270.000,00
Ambiental	Provável	190.000,00
Cível	Possível	80.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa Delta S.A., relacionado às provisões apresentadas foi, em reais,

- a) redução de 120.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.

- c) redução de 190.000,00.
- d) aumento de 120.000,00.
- e) aumento de 170.000,00.

58. A empresa Sierra apresentou as seguintes informações relacionadas a determinado ativo imobilizado ao final do exercício social de 2018 (31.12.2018):

- Valor Líquido de Venda R\$ 400.000,00
- Valor em Uso R\$ 350.000,00

Saldos Contábeis

- Valor contábil bruto R\$ 900.000,00
- Depreciação acumulada R\$ 200.000,00
- Perda estimada em valor não recuperável R\$ 50.000,00

Com base nas informações acima descritas e no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, a empresa deverá:

- a) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 300.000,00
- b) não deverá computar nenhuma perda para redução a valor recuperável
- c) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 250.000,00
- d) reverter a perda anteriormente reconhecida no valor de R\$ 50.000,00
- e) computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 200.000,00

59. A tabela abaixo apresenta as aplicações financeiras realizadas pela Companhia Foxtrot S.A. no dia 01/12/2018.

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2018 (R\$)
10.000,00	31/08/2022	Mensuração ao custo amortizado	3% a.m.	12.500,00
10.000,00	30/09/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.	10.500,00
10.000,00	31/07/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	10.600,00

Considerando as características de cada aplicação, bem como a forma de mensuração definida pela companhia para cada uma delas, conforme descrito na tabela, pode-se afirmar que o valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da companhia, em 31/12/2018, foi, em reais,

- a) 30.000,00.
- b) 35.500,00.
- c) 33.600,00.
- d) 31.400,00.
- e) 36.000,00.

**60.** A empresa Golf S.A. adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento para utilizar em seu processo produtivo por meio de um arrendamento mercantil financeiro. A operação teve as seguintes características:

- 60 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 3.000,00.
- No momento da aquisição, a taxa de juros implícita na operação era de 1% a.m. e o valor justo das prestações e o valor presente da máquina eram, respectivamente, R\$ 100.000,00 e R\$ 120.000,00.

Com base nessas informações, é correto afirmar que, em 31/12/2018, a empresa reconheceu um ativo

- a) e um passivo no valor de R\$ 120.000,00.
- b) e um passivo no valor de R\$ 100.000,00.
- c) e um passivo no valor de R\$ 180.000,00.
- d) e um passivo no valor de R\$ 120.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 1.000,00.
- e) no valor de R\$ 120.000,00, um passivo no valor de R\$ 180.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 1.500,00.

**61.** A Cia. Juliet apresentava, em 31/12/2018, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Estoque inicial de mercadorias	30.000,00
Compras de mercadorias	10.000,00
Receita de vendas	59.000,00
Devolução de vendas	3.500,00
Estoque final de mercadorias	15.500,00
Comissões de vendas	6.000,00
Devolução de compras	3.000,00
Despesas financeiras	1.000,00
Impostos sobre vendas	8.000,00
Frete sobre vendas	2.000,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 21.500,00 e 17.000,00.
- b) 21.500,00 e 26.000,00.

- c) 23.500,00 e 26.000,00.
- d) 23.500,00 e 17.000,00.
- e) 21.500,00 e 15.000,00.

**62.** Acerca do CPC 04 – Ativo Intangível analise as assertivas abaixo.

I – Ativo intangível é um ativo monetário, identificável e sem substância física.

II – Custos com testes para verificar se o ativo intangível adquirido separadamente está funcionando adequadamente devem ser somados ao custo de aquisição do ativo intangível, compondo o valor a ser reconhecido no balanço patrimonial.

III – Os gastos com pesquisa de ativos intangíveis gerados internamente devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Está(ão) corret(a)os:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III.

### **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

**63.** A Indústria Maike S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de julho de 2019, para produzir integralmente 4.000 unidades:

Custos fixos: R\$ 30.000,00

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 5,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 2,50/unidade

Despesas fixas: R\$ 8.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço bruto de venda

Informações adicionais:

- Preço bruto de venda: R\$ 150,00/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita bruta de vendas
- Quantidade vendida no mês de julho de 2019: 4.000 unidades

Sabendo que a Indústria Maike S.A. utiliza o método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período em julho de 2019 foi, em reais,

- a) 7,50
- b) 9,50
- c) 15,00
- d) 17,00
- e) 19,00

64. A empresa industrial Tango S.A. produz um único produto e durante o mês de junho de 2019 incorreu nos seguintes gastos:

Mão de obra direta	R\$ 50.000,00
Energia elétrica (fábrica)	R\$ 30.000,00
Aluguel (administração)	R\$ 15.000,00
Salário do supervisor da fábrica	R\$ 20.000,00
Comissões de vendedores	R\$ 10.000,00
Compra de matéria-prima	R\$ 200.000,00
Depreciação das máquinas e equipamentos (fábrica)	R\$ 50.000,00

O estoque inicial de matéria-prima, em 31/05/2019, era R\$ 20.000,00 e o estoque final, em 30/06/2019, era R\$35.000,00.

O estoque inicial de produtos em processo, em 31/05/2019, era R\$ 40.000,00 e o estoque final, em 30/06/2019, era R\$ 20.000,00.

O custo da produção acabada no período utilizando o custeio por absorção foi, em reais,

- a) 390.000,00
- b) 370.000,00
- c) 335.000,00
- d) 385.000,00
- e) 355.000,00

65. A Cia. Echo fabrica quatro produtos (A, B, C e D). As informações referentes a cada um desses produtos estão apresentadas a seguir (valores em R\$):

Variável	Produto			
	A	B	C	D
Preço de venda (unitário)	200	200	200	200
Custos variáveis (unitário)	52	60	56	40
Custos fixos (unitário)	30	24	34	36
Despesas variáveis (unitário)	18	6	12	24
Despesas fixas (unitário)	6	2	4	8

Informações Complementares:

- Os custos fixos são comuns aos quatro produtos e alocados com base nos volumes produzidos;
- As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias;
- A Companhia possui recursos limitados para investimentos e possui o objetivo de maximizar o lucro.

De posse dessas informações, a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua venda incentivada é

- a) D, B, C e A.
- b) B, D, A e C.
- c) D, A, C e B.
- d) B, A, C e D.
- e) A, B, D e C.

### AUDITORIA

66. A auditoria contábil tem por objetivo averiguar a exatidão dos registros e demonstrações contábeis, no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação desse patrimônio. Considerando as normas contábeis vigentes relativas à auditoria, é CORRETO afirmar:

- a) risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- b) asseguarção razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações econômico-financeiras da entidade, a interpretação de dados desta natureza, flexibilizada pelo ceticismo profissional.
- c) risco de distorção relevante é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto, com outras distorções.
- d) Julgamento profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- e) ceticismo profissional é postura do auditor que reflete a maneira de processar, cautelosamente, informação expressa em termos financeiros, a respeito de eventos econômicos positivos ocorridos em períodos passados, relativamente a uma entidade específica.

**67.** Segundo a NBC TA 230(R1), **Documentação de auditoria** é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”). Em relação a essa documentação, assinale a alternativa correta.

- a) A elaboração tempestiva de documentação de auditoria suficiente e apropriada aprimora a qualidade da auditoria e facilita demonstrar ao cliente as conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor.
- b) Quanto à segurança de informações, a documentação de auditoria deverá ser necessariamente registrada em formatos eletrônicos.
- c) Explicações verbais do auditor, por si só, representam documentação adequada para o trabalho executado por ele ou para as conclusões obtidas, uma vez que podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria, desde que faça parte de atas preparadas durante a explanação do profissional.
- d) O auditor precisa incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, mesmo que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos, de forma que haja a rastreabilidade do andamento dos trabalhos de campo.
- e) A forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem de fatores como: tamanho e complexidade da entidade; natureza dos procedimentos de auditoria a serem executados; riscos identificados de distorção relevante; importância da evidência de auditoria obtida; natureza e extensão das exceções identificadas; entre outros.

**68.** Conforme os conceitos definidos na NBC TI 01 de Auditoria Interna, analise as seguintes assertivas:

- I. A Auditoria Interna é exercida somente nas pessoas jurídicas de direito privado, interno ou externo.
- II. A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente.
- III. A atividade de Auditoria Interna tem por objetivo agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.
- IV. A atividade de Auditoria Interna está estruturada em procedimentos com enfoque fiscal, não

sistemático e com o objetivo de identificar fraudes.

- V. Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à opinião da diretoria da instituição auditada.

Quais estão ERRADAS?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I, IV e V.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II, III, IV e V.

**69. Evidências de auditoria** são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações. No que se refere à qualidade de uma evidência de auditoria, assinale a opção correta.

- a) Um contrato de compra e venda digitalizado e recebido por email é mais confiável que o mesmo documento recebido na via original em papel.
- b) No caso de dúvida quanto à confiabilidade de determinada evidência de auditoria, o auditor deve ampliar a amostra, excluir da seleção o item questionado e refazer os testes.
- c) O conhecimento e a experiência do auditor sobre a área de atuação de um especialista da administração não afetam a confiabilidade da informação prestada à auditoria.
- d) O auditor deve avaliar a competência, habilidade e objetividade do especialista para garantir a confiabilidade da evidência no caso de utilização de trabalho de especialista da administração.
- e) Uma resposta em reunião presencial a uma indagação feita por representação verbal de membro da administração e o envio de uma resposta por email têm o mesmo nível de confiabilidade.

**70. Relatório de auditoria** é o documento final com as conclusões dos trabalhos do Auditor, com a comunicação dos resultados. Considerando que, no relatório de auditoria, o auditor independente deve emitir opinião acerca da análise realizada das demonstrações contábeis, assinale a opção que apresenta situação que, encontrada durante auditoria independente em sociedade anônima, permita ao auditor manter o relatório de auditoria sem mudança de opinião.

- a) existência de nota explicativa às demonstrações financeiras que descreva incerteza relacionada ao resultado de ação judicial trabalhista movida contra a empresa auditada
- b) avaliação de investimento relevante em sociedade controlada pelo custo histórico de aquisição
- c) adoção do método de avaliação de estoques último que entra primeiro que sai (UEPS)
- d) impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria acerca das contas a pagar e a receber da entidade examinada, com efeitos generalizados nas demonstrações financeiras
- e) existência de registro de item de despesa como ativo, cujo impacto tenha sido considerado em parcela substancial das demonstrações financeiras.

## QUESTÃO DISCURSIVA

A empresa Lanternagem Ltda. prestou serviços de funilaria (item 14.12, da Lei Complementar 116/2003) durante os meses de fevereiro a junho do ano 2013, no Município X. O contribuinte ignorou completamente suas obrigações tributárias, omitindo-se quanto às suas obrigações acessórias, relativas ao ISSQN, bem como ao pagamento do imposto.

Em 10 de junho de 2018, o contribuinte foi cientificado do termo de início de fiscalização relativo ao ISSQN devido no ano 2013, sob a responsabilidade do Sr. João, Auditor Fiscal da Receita Municipal do Município X. Em julho de 2018, o sujeito passivo questionou sobre a possibilidade de realizar a denúncia espontânea, com o objetivo de evitar a aplicação de penalidades, o que lhe foi prontamente negado pela administração fazendária, que alegou a perda de sua espontaneidade.

Ao final do procedimento fiscal, o Auditor-Fiscal João constatou o descumprimento das obrigações tributárias, procedendo ao lançamento de ofício mediante lavratura de auto de infração e notificou o contribuinte em setembro de 2018, referente ao imposto devido e a multa pela infração, nos termos da legislação de regência.

Irresignado com o lançamento realizado pela autoridade administrativa, a empresa contratou advogado para, dentro do prazo previsto na legislação, impugná-lo, apresentando os seguintes argumentos:

- a) O lançamento desprovido de validade jurídica, vez que já foi extinto o direito da Fazenda para constituir o crédito tributário, nos termos do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional;
- b) A autoridade fiscal não poderia constituir de ofício crédito tributário relativo a imposto cuja modalidade de lançamento é originalmente definida na legislação como por homologação;
- c) A aplicação de multa é indevida, já que o contribuinte fazia jus ao instituto da denúncia espontânea, previsto no art. 138, do Código Tributário Nacional.

O litígio instaurado foi remetido ao órgão administrativo de julgamento em primeira instância, que ficou responsável pelo julgamento deste processo administrativo fiscal.

Na condição de julgador, com a competência de proferir decisões em processos administrativos fiscais, elabore uma decisão, concordando ou refutando os argumentos apresentados pelo impugnante, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

## FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ISS-Rio-Preto-FCC-06-10>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

VERIFIQUE CONDIÇÕES NO SITE